



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Aprovado por Unanimidade
em reunião do Conselho
de Administração pelos
administradores presentes
24/02/25


RELATÓRIO E CONTAS 2024



Faro, 24 de fevereiro de 2025

ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	4
1.3 Respostas Sociais Atuais	6
1.3.1. Educação	6
1.3.2. Saúde	7
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.5 Atividades Culturais	8
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	9
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	10
1.9.1. Resultados	10
1.9.2. Rendimentos	10
1.9.3. Gastos	11
1.9.4. Outros indicadores	12
1.10 Fornecedores	13
1.11 Dificuldades Económicas e Financeiras	13
1.12 Agradecimentos	14
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2024	17
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2024	18
3. PROPOSTA	19
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	20
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	21
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	24

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem o Conselho de Administração, após proposta da Comissão Executiva, submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pretende-se com este documento fazer a síntese da atividade desenvolvida pela FADS durante o ano de 2024, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas de evolução futura.

A redação de um Relatório de Gestão e Contas implica um processo de reflexão e avaliação dos resultados, face a uma perspetiva inicial, ponderada e planeada, tendo em consideração os objetivos que nos propusemos alcançar.

Nos últimos anos, ainda em consequência dos efeitos da pandemia e do aumento muito significativo da inflação, fomos confrontados com novos desafios e obrigados a reinventar soluções e alternativas, assumindo um objetivo de inovação e de modernização das nossas respostas sociais.

Importará, no entanto, assumir uma gestão equilibrada de utilização dos recursos disponíveis, implementando um critério ainda mais rigoroso no controlo da despesa e na concretização de investimento.

Foi um ano de grandes aprendizagens, de avaliação do que somos e podemos vir a ser, dos nossos limites e das nossas potencialidades, tendo em vistas estarmos preparados para enfrentar o futuro com os desafios que este nos coloca. É esse o nosso compromisso.

1.2 Síntese

Ao longo dos últimos exercícios a evolução das receitas não tem acompanhado a evolução das despesas. Os efeitos colaterais da pandemia, os crescimentos galopantes da inflação provocaram um aumento muito significativo dos gastos da FADS.

Esta situação provoca elevadas dificuldades na gestão e a FADS tem apresentado resultados negativos sucessivos. Esta situação deriva de um conjunto de situações, tais como:

- Aumento insuficiente das comparticipações do estado para exploração das nossas respostas sociais na área da educação e da saúde;
- Aumento insuficiente ou inexistente das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;
- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho e sem a respetiva contrapartida do Estado em atualizar os valores dos acordos/contratos;
- Aumento dos custos de funcionamento impulsionados ainda pelo efeito da pandemia;
- Aumento da inflação para máximos de várias décadas;

O insucesso na renegociação do passivo bancário nos últimos anos e o incumprimento do serviço da dívida, colocou em causa a prestação dos serviços aos nossos utentes, assim como continuidade da instituição.

Conforme referimos nos relatórios e contas e planos de atividades anteriores o cumprimento das nossas obrigações presentes e futuras só seria possível com a renegociação do passivo bancário. Durante o ano de 2024, tal como nos anos anteriores, foi realizado um enorme esforço para a negociação de todo o passivo bancário, que veio a concretizar-se no início do ano, para que se conseguisse estas operações tomou a administração uma decisão difícil e dolorosa, mas necessário, da alienação dos ativos fixos tangíveis respeitantes à resposta social da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Estoi. Assim, em fevereiro de 2024 a FADS deixou de efetuar a gestão dessa resposta social com capacidade para 51 utentes.

Pautámos a nossa atividade com muita prudência e segurança, quer nos atos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos

e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de custos, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva.

Efetuuou-se um controlo de gestão por resposta social, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível conseguir uma melhoria da sustentabilidade da FADS.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projeto.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa atividade.

Foi constituída uma equipa de trabalho para transformar o anterior ATL numa creche. Estão a ser desenvolvidos os procedimentos económicos e projetos, no âmbito da aprovação da candidatura apresentada ao PRR (Aviso N.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais. O processo já se encontra em andamento, que passou também pela aprovação do projeto de arquitetura por parte do ISS, I.P.

Com a conclusão de todo o processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora, foram também dados passos para que possamos vir a ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Respeitando as recomendações da Segurança Social, inscritas nos manuais da qualidade, continuamos a promover a implementação do processo de gestão da qualidade, de forma a dar resposta às exigências e a preparar uma futura certificação da instituição.

Tal como em anos anteriores beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

1.3 Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

A FADS tem um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças a partir dos 3 meses. Estas respostas sociais têm como objetivos apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança num ambiente seguro.

No âmbito dos apoios sociais a crianças e jovens a FADS desenvolve atividade nas seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Estabelecimento de educação pré-escolar (Jardim de Infância).

No ano de 2024, efetuámos a gestão de 6 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 417 famílias, de janeiro a agosto e a 433 famílias, de setembro a dezembro, repartidas pelas valências da seguinte forma:

01/01/2024 a 31/08/2024

01/09/2024 a 31/12/2024

Resposta Social	Capacidade Real	Capacidade Ocupada	Desvios	Resposta Social	Capacidade Real	Capacidade Ocupada	Desvios
Creche Faro	68	68	0	Creche Faro	76	76	0
Jl Faro	75	75	0	Jl Faro	75	75	0
Creche Olhão	40	40	0	Creche Olhão	40	40	0
Jl Olhão	75	75	0	Jl Olhão	75	75	0
Creche Montenegro	84	84	0	Creche Montenegro	92	92	0
Jl Montenegro	75	75	0	Jl Montenegro	75	75	0
Total	417	417	0	Total	433	433	0

Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2024 |Setor da Educação

No ano letivo de 2024/2025, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa.

1.3.2. Saúde

A exploração da unidade de cuidados continuados integrados (UCCI) Milreu iniciou-se no dia 7 de outubro de 2013 com um contrato-programa que contratualizava a comparticipação de 40 camas. Em agosto de 2015 foram protocoladas mais 7 camas passando a UCCI Milreu a ter 47 camas comparticipadas ao abrigo de um contrato-programa.

Em 2019 foram protocoladas mais 4 camas perfazendo um total de 51 camas, 40 na tipologia de longa duração e manutenção e 11 na tipologia de média duração e reabilitação.

Desde o início da exploração que a taxa de ocupação mensal tem sido, na esmagadora maioria das vezes, superior ao limiar mínimo de 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%, conforme refere a Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro.

Em janeiro 2024 verificou-se uma ocupação média próxima dos 100% nas camas de longa duração e manutenção. A ocupação média das camas de média duração e reabilitação foi inferior aos 80%, uma vez que no decorrer do mês todos os utentes foram transferidos para tipologia de longa duração e manutenção devido à reconversão para ULDM das 11 camadas afetas à UMDR.

Como já foi referido e em virtude das extremas dificuldades que a Instituição passou e continua a passar a Administração tomou uma decisão difícil e dolorosa, mas necessária, de alienar os ativos fixos tangíveis respeitantes à resposta social da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Estoi. Assim, em fevereiro de 2024 a FADS deixou de efetuar a gestão dessa resposta social com capacidade para 51 utentes.

1.4. Respostas Sociais Futuras

Foi constituída uma equipa de trabalho para transformar o anterior ATL numa creche. Estão a ser desenvolvidos os projetos e procedimentos económicos, no âmbito da aprovação da candidatura apresentada ao PRR (Aviso N.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais). Prevê-se que as obras do referido projeto iniciem em fevereiro de 2025 e terminem em agosto do mesmo ano.

1.5 Atividades Culturais

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

Durante o ano de 2024 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização de encontros entre educadoras para realização de dinâmicas e partilhas de experiências;
- Organização de diversos *workshops*;

1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação da UCCI Milreu (até a passagem efetiva do imóvel).

1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2024 estudamos e preparamos a organização e presença em eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todas as respostas sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as respostas sociais. O resultado é bastante positivo à semelhança dos anos anteriores.

1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente autocontrolo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Janeiro de 2024 a FADS tinha 131 colaboradores dependentes, 94 no setor da educação e 37 no setor da saúde. A 31 de Dezembro de 2024 a FADS tinha 96 colaboradores dependentes.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, proporcionámos, tal como em anos transatos, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras entidades. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

1.9 Análise Económica

1.9.1. Resultados

Em 2024 o resultado líquido foi positivo em 2 718 021 euros. A venda da Unidade de Cuidados Continuados – UCCI Milreu e o perdão de dívidas negociadas explica o resultado positivo. O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 2 782 875 euros.

No gráfico seguinte observa-se a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios.

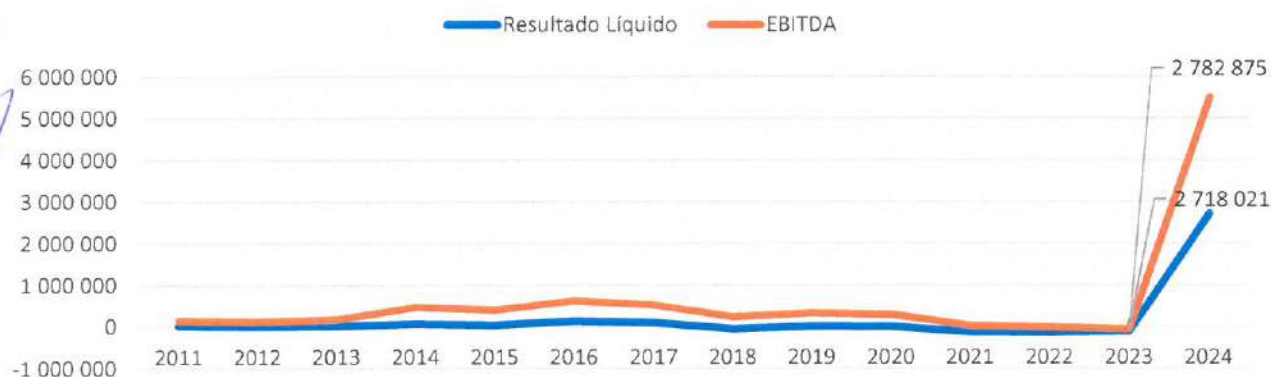


Gráfico n.º 1- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 5 492 822 euros, registando um aumento global de 64,4%, explicado pela venda da Unidade de Cuidados Continuados – UCCI Milreu e pelo perdão de dívidas negociadas.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 481 497 euros, registando uma diminuição de 41,2%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.

Valência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição
Educação	689 610	771 204	790 505	874 702	872 170	697 812	668 224	648 208	546 180	457 303	-16,3%
Saúde	265 733	232 148	220 811	243 300	264 409	258 570	218 063	234 770	272 322	24 195	-91,1%
Total	955 343	1 003 352	1 011 316	1 118 003	1 136 579	956 382	886 287	882 978	818 502	481 497	-41,2%

Tabela n.º 2 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira Educação	Educação: Creche e Jardim de Infância
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

Tabela n.º 3 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios à exploração ascenderam a 1 481 674 euros, registando uma redução de 38,7%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou um aumento de 11,1% e a área de saúde uma redução de 89,6%, devido ao facto do setor só ter tido atividade durante um mês.

Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

Tipo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição
Educação	897 987	891 777	882 071	914 039	923 292	968 481	1 036 850	1 007 394	1 203 722	1 337 416	11,1%
Saúde	723 150	798 037	810 464	789 895	913 722	1 009 127	943 677	1 166 980	1 196 638	124 796	-89,6%
Outros	95 969	59 440	22 656	33 477	46 752	26 450	4 532	57 167	18 148	19 462	7,2%
Total	1 717 106	1 749 254	1 715 191	1 737 411	1 883 766	2 004 058	1 985 059	2 231 541	2 418 509	1 481 674	-38,7%

Tabela n.º 4 - Evolução dos subsídios por área de atividade

1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 2 774 801 euros, o que representa uma redução de 19,8% face a 2023, explicado principalmente pelo encerramento da Unidade de Cuidados Continuados – UCCI Milreu.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

Gastos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição
Géneros Alimentares	210 148	184 745	198 421	299 448	270 332	215 038	177 080	211 145	259 099	208 505	-19,5%
FSE	574 082	637 868	625 425	640 567	652 350	686 647	638 165	796 052	839 668	732 192	-12,8%
Gastos com o Pessoal	1 574 958	1 496 150	1 535 210	1 681 792	1 885 640	1 827 430	1 940 203	2 056 101	2 178 017	1 721 831	-20,9%
Depreciações	186 528	194 008	177 703	172 961	175 748	178 478	163 442	156 484	154 539	80 560	-47,9%
Outros gastos e perdas	6 683	8 686	9 866	10 510	21 709	6 732	29 868	10 493	10 819	27 333	152,6%
Juros Suportados	149 546	162 675	153 257	173 091	134 523	124 871	123 888	97 063	19 578	4 380	-77,6%
Total	2 701 945	2 684 132	2 699 882	2 978 369	3 140 302	3 039 196	3 072 646	3 327 339	3 461 719	2 774 801	-19,8%

Tabela n.º 5- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 62% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 26%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2024.

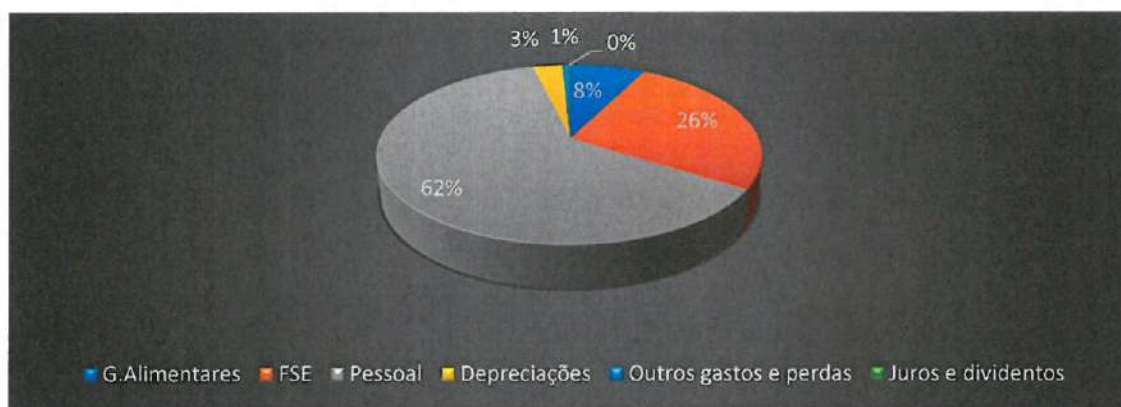


Gráfico n.º 2- Estrutura de gastos

1.9.4. Outros indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 31% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. A redução desta taxa, comparativamente aos anos anteriores, é explicada pela venda da Unidade de Cuidados Continuados – UCCI Milreu e pelo perdão de dívidas negociadas. As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 28% dos gastos com o pessoal e apenas 17% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

Na tabela seguinte pode-se observar a evolução da relação entre gastos e rendimentos desde 2016.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição
Gastos com Pessoal / total rendimentos	53%	55%	58%	60%	60%	66%	64%	65%	31%	-52%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	7%	7%	10%	9%	7%	6%	7%	8%	4%	-51%
FSE / total rendimentos	23%	22%	22%	21%	23%	22%	25%	25%	13%	-47%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	67%	66%	66%	60%	52%	46%	43%	38%	28%	-26%
Subsídios / Gastos com Pessoal	117%	112%	103%	100%	110%	102%	109%	111%	86%	-23%
Mensalidades / gastos totais	37%	37%	38%	36%	31%	29%	27%	24%	17%	-26%
Subsídios / gastos totais	65%	64%	58%	60%	66%	65%	67%	70%	54%	-23%

Tabela n.º 6- Indicadores diversos

Não considerando a situação extraordinária da venda da UCCI e do perdão de dívida, a situação seria a seguinte:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição
Gastos com Pessoal / total rendimentos	53%	55%	58%	60%	60%	66%	64%	65%	78%	20%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	7%	7%	10%	9%	7%	6%	7%	8%	9%	22%
FSE / total rendimentos	23%	22%	22%	21%	23%	22%	25%	25%	33%	32%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	67%	66%	66%	60%	52%	46%	43%	38%	28%	-26%
Subsídios / Gastos com Pessoal	117%	112%	103%	100%	110%	102%	109%	111%	86%	-23%
Mensalidades / gastos totais	37%	37%	38%	36%	31%	29%	27%	24%	17%	-27%
Subsídios / gastos totais	65%	64%	58%	60%	66%	65%	67%	70%	53%	-24%

Tabela n.º 7- Indicadores diversos

Do total dos rendimentos da instituição, 78% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal.

1.10 Fornecedores

Mantém-se a continuidade do estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Efetuuou-se renegociação de um conjunto de contratos com diversos fornecedores.

1.11 Dificuldades Económicas e Financeiras

No ciclo de vida de uma empresa há determinadas circunstâncias que podem conduzir a dificuldades em honrar compromissos junto dos seus credores.

Com base na informação relatada constata-se que a FADS se encontra numa situação económica difícil. Conforme referimos nos relatórios e contas e planos de atividades anteriores o cumprimento das nossas obrigações presentes e futuras só seria possível com a renegociação do passivo bancário.

Após anos de luta intensa conseguimos finalmente efetuar a renegociação do passivo bancário. Esta situação vai-nos permitir algum desafogo na nossa tesouraria, mas temos que continuar a efetuar outras reformas, caso contrário estaremos sujeitos muito rapidamente a que a nossa situação volte a complicar-se e nessa altura não vamos ter as condições que agora conseguimos, o que tornara inviável a continuidade da Instituição.

Na renegociação do passivo bancário a Administração teve que tomar a dolorosa decisão de alienar os ativos fixos tangíveis respeitantes à resposta social da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Estoi. Assim, em fevereiro de 2024 a FADS deixou de efetuar a gestão dessa resposta social com capacidade para 51 utentes.

Esta decisão irá permitir à FADS liquidar o seu passivo bancário e obter um equilíbrio na tesouraria que nos permitirá efetuar obras de melhoria das respostas sociais atuais, investir noutras respostas sociais.

1.12 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Atividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Aos membros de todos Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;
- Ao Novo Banco, Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola enquanto instituições financeiras que apoiam o projeto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 24 de fevereiro de 2025

A Administração



(Orlando Vargas)



(Luis Coelho)



(Nuno Carrilho)



(Fernando Marques)



(Paulo Bernardo)



(Luis Neves)



(Mário Cruz)

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2 771 670,97	5 768 750,04
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	5	1 476,00	2 086,58
Investimentos financeiros	5	38 043,67	38 043,67
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 811 190,64	5 808 880,29
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	10	14 664,32	91 743,68
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	10	12 382,55	8 888,53
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	10	103 623,30	207 134,98
Diferimentos	10	1 972,14	7 994,65
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	1 074 096,49	171 797,11
Subtotal		1 206 738,80	487 558,95
Total do activo		4 017 929,44	6 296 439,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	239 423,00	239 423,00
Excedentes técnicos			
Reservas	10	309 817,62	805 034,07
Resultados transitados	10	-319 695,96	-199 726,82
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	368 170,65	974 939,81
Resultado Líquido do período	10	2 718 020,87	-119 969,14
Total do fundo do capital		3 315 736,18	1 699 700,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	10	124 501,94	3 490 965,79
Outras contas a pagar	10	609,00	609,00
Subtotal		125 110,94	3 491 574,79
Passivo corrente			
Fornecedores	10	140 326,88	408 591,11
Adiantamentos de Utentes		12 011,20	20 632,92
Estado e outros Entes Públicos	10	90 259,44	133 618,46
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	10	11 611,36	13 742,70
Diferimentos	10		
Outras contas a pagar	10	322 873,44	528 578,34
Outros passivos financeiros			
Subtotal		577 082,32	1 105 163,53
Total do passivo		702 193,26	4 596 738,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 017 929,44	6 296 439,24

2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	6	481 497,22	818 502,49
Subsídios, doações e legados à exploração	6	1 481 674,22	2 418 508,53
Ganhos/Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreend. Conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-208 505,06	-259 098,61
Fornecimentos e serviços externos		-732 192,16	-839 667,91
Gastos com o pessoal	10	-1 721 831,33	-2 178 016,69
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3 509 564,83	104 739,08
Outros gastos e perdas		-27 332,79	-10 818,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 782 874,93	54 147,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-80 559,83	-154 539,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 702 315,10	-100 391,24
Juros e rendimentos similares obtidos	6	20 085,42	
Juros e gastos similares suportados	6	-4 379,65	-19 577,90
Resultados antes de impostos		2 718 020,87	-119 969,14
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		2 718 020,87	-119 969,14

A Administração

(Orlando Vargas)

(Luís Coelho)

(Nuno Carrilho)

(Fernando Marques)

(Paulo Bernardo)

(Luís Neves)

(Mário Cruz)

A Contabilista Certificada

(Ana Martins)

3. PROPOSTA

O Conselho de Administração submete à aprovação do Conselho de Administração a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2024;
2. Que os resultados positivos obtidos no montante de 2 718 021 euros tenham a seguinte aplicação:
 - a) A importância de 2 582 119,83 euros para Resultados Transitados.
 - b) A importância de 135 901,04 euros para Reserva Legal
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da FADS e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2024, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 24 de fevereiro de 2025

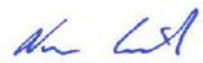
A Administração



(Orlando Vargas)



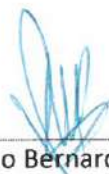
(Luís Coelho)



(Nuno Carrilho)



(Fernando Marques)



(Paulo Bernardo)



(Luís Neves)



(Mário Cruz)

4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores membros do conselho de administração:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Administração o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a atividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e da Comissão Executiva todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2024.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 24 de fevereiro de 2025

O Conselho Fiscal

(Manuel Alexandre)

(Vitor Cunha)

5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Inscrição no OBRAC nº 10-11 - Contribuinte: 877 161 619-185
Inscrição na CIVA nº 20160853

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.



Inscrição na CRROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 620 185
Inscrição na CMVM N.º 20160655

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 20 de fevereiro de 2025


Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041
Inscrição CMVM 20160655



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, que evidencia um total de 4.017.929 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 3.315.736 euros, incluindo um resultado líquido de 2.718.021 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Inscrição na OJRC N.º 1041 - Contribuinte N.º 153 619 485
Anúncio de CMVSE N.º 2616055

Ênfases

- Chamamos à atenção de que no presente exercício, se constatou uma variação negativa no Ativo da Fundação, face ao período homólogo de 2023, em cerca de 2.278.510 euros. Esta variação negativa deve-se essencialmente à alienação da UCCI.
- Chamamos igualmente à atenção da existência de uma variação positiva nos resultados da Fundação, relativamente ao exercício homólogo de 2023 em cerca de 2.837.990 euros que parte substancial dessa variação se deve entre outros ganhos, a perdão de dívidas de financiamentos bancários que ascenderam a 2.085.926 euros e a mais valias da venda da UCCI em cerca de 565.261 euros.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e



Inscrito no CRRPC N.º 1011 - Contribuinte N.º 161 619 185
Inscrito no CRRPC N.º 20160955

emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Inscrito na GRCOC N.º 1041 - Contribuinte N.º 261 619 385
Inscrito na CMVM N.º 20160655

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística; e

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 20 de fevereiro de 2025

Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

Inscrição CMVM 20160655